

MOBILIDADE DO TRABALHO: SULISTAS EM RONDONÓPOLIS (MT)¹

Jones Dari Goettert²

Resumo: A migração de sulistas para Rondonópolis (Mato Grosso), em especial a partir da década de 1970, compreendeu tanto a mobilidade de capitalistas quanto de trabalhadores. Neste artigo abordaremos a mobilidade do trabalho, demonstrando que a migração sulista apresentou uma diversidade importante, muitas vezes negligenciada por mitos da superioridade e da ascensão sulistas.

Palavras-chaves: migração; trabalhadores; sulistas; Mato Grosso.

Abstract: Migration of the south people to Rondonópolis (Mato Grosso), special from the seventies, it meant such capital mobility how workers. In this article we will approach work mobility, showing an important diversity what was presented by this migration, which was many times neglected by myths of the south people's superiority and ascension.

Key-word's: migration; workers; south people; Mato Grosso.

MOBILITY OF THE WORK: SOUTHERNERS IN RONDONÓPOLIS (MT)

¹ Este texto tem por base o Capítulo IV "Mobilidade do Capital e Mobilidade do Trabalho", da dissertação de mestrado "O vôo das pandorgas": migração sulista para Rondonópolis – Mato Grosso, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP), sob a orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP). Rua Botelho de Oliveira, Quadra 41, Casa 20, Jardim Atlântico, Rondonópolis – MT, CEP: 78700-480. E-mail: jonesdari@hotmail.com.

Trabalhadores Sulistas em Rondonópolis - MT

Marli D., gaúcha, 42 anos, cozinheira e do lar, natural de Três Passos, tem a 5ª série do primário. é moradora do Bairro Tancredo Neves e chegou em Rondonópolis em 1981. Pai e mãe também são gaúchos, de Estrela e Ijuí, respectivamente. Veio com o marido, também gaúcho (Panambi – RS), que retornou para o Rio Grande do Sul e ela casou-se novamente, agora com um alagoano. No Sul era empregada doméstica e seus pais trabalhavam na roça. Veio, junto com o marido, para Rondonópolis em busca de trabalho, pois o marido estava desempregado em Panambi; antes de virem, no entanto, já estava definido o trabalho que seria numa fazenda "de um povo que tinha fazenda aqui". Ambos, mulher e marido, trabalharam na fazenda, ela como cozinheira durante 6 anos. Depois disso, e com os filhos crescidos e em idade escolar, resolveram ir para a cidade. Atualmente, o filho trabalha da Cerâmica Rondonópolis e a filha estuda e faz cursos de secretaria e informática, "porque sem experiência não consegue trabalho".

São muito enaltecidos os nomes, o trabalho, o "espírito empreendedor" e a audácia dos sulistas que hoje simbolizam o "desenvolvimento e o progresso" (para não falar "ordem e progresso"); não raras vezes, no entanto, os médios e grandes empresários o são rurais e urbanos ao mesmo tempo. Porém, este não é o caso de Marli.

Sobre a vinda de outros sulistas para as fazendas em Rondonópolis. Marli disse que "era comum trazer pessoas de lá pra cá pra trabalhar". Não eram proprietários mas trabalhadores, que migravam para trabalhar como empregados, mas sem perder a perspectiva de juntar um dinheiro para também se tornarem proprietários ou, no mínimo, conseguirem melhores condições de vida. A preferência por trabalhadores do Sul era patente, uma vez que muitos deles já conheciam o trabalho da roça e mesmo o cultivo da soja, além de muitos terem experiência com máquinas e implementos. Outro aspecto que influenciou na preferência do trabalhador sulista foi a concepção e a prática de trabalho que tinham, diferente do "trabalhador mato-grossense"³: o "gaúcho é mais pegador, não tem medo do trabalho".

³ Por "trabalhador matogrossense" entende-se todo aquele que não é sulista; mas comumente se aplica mais aos centroestinos e nordestinos.

Portanto, concomitante à mobilidade do capital desenvolveu-se, com intensidade maior, a mobilidade do trabalho. A migração aparentemente “espontânea” dos trabalhadores sulistas para Rondonópolis encontrava e ainda encontra uma razão ligada ao interesse dos sulistas proprietários, a necessidade de mão-de-obra para “tocarem” seus empreendimentos. Assim,

Com la “movilidad” del trabajo se manifiesta siempre la manera en que los hombres someten su comportamiento a las exigencias del crecimiento capitalista. Toda estrategia capitalista de movilidad es generalmente estrategia de movilidad forzada” (...) “Es decir, lo que la “movilidad” pone realmente en juego: el uso capitalista de la disponibilidad de los hombres, de la docilidad (Foucault) de sus cuerpos (Gaudemar, 1979: 15).

Os proprietários rurais, e num segundo momento os proprietários urbanos (parte deles sulistas), necessitavam de uma mão-de-obra diferenciada daquela que estava disponível até então. Não estamos afirmando que a disponibilidade de trabalho local não era interessante para os proprietários sulistas, mas faltava uma mão-de-obra mais especializada e que acompanhasse o próprio “espírito empreendedor” do momento.

O exemplo de Marli e de sua família é bastante esclarecedor, pois mesmo antes da saída do Rio Grande do Sul já estava definido a fazenda onde trabalhariam. Ora, isso nos coloca novamente em acordo com Gaudemar (1979, p.130), quando acentua que o possuidor de capital encontra no mercado uma mercadoria específica: a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. Acrescentamos, no entanto, que esse mercado não necessariamente se encontra próximo do “possuidor de capital”, tendo que recorrer à mobilidade do trabalho. A migração de trabalhadores sulistas, principalmente nas décadas de 70 e 80 para Rondonópolis, teve como principal função o atendimento das necessidades do capital que se expandia.

Portanto, se a mobilidade da força de trabalho é condição para a existência do capitalismo e a acumulação de capital pressupõe, nesse sentido, um aumento do proletariado, a migração de trabalhadores sulistas para Rondonópolis teve como pressuposto o fornecimento de

mão-de-obra para a reprodução do capital tanto dos contrerrâneos proprietários, quanto dos capitalistas anônimos das “S.As”, ou seja, do grande capital industrial, comercial e financeiro.

Assim, se para Marx, a acumulação de capital determina tanto a demanda como a oferta de trabalho (cf. Gaudemar, 1979, p. 200), e, se com o desenvolvimento da burguesia também se desenvolve o proletariado – classe dos trabalhadores modernos, possuidores apenas da mercadoria força-de-trabalho - e a serviço da classe burguesa, então, os trabalhadores “só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital” (cf. Marx & Engels, 1998: 14).

Essa questão é importante, pois se a mobilidade de trabalhadores sulistas (rurais⁴ e urbanos) era fundamental para a acumulação de capital em Rondonópolis, também o era para a acumulação de capital no Sul. Em Rondonópolis, por possuírem habilidades e conhecimento técnico que os colocava à frente dos demais trabalhadores⁵, os sulistas eram preferidos pelos proprietários, mas, ao mesmo tempo, provocavam o próprio rebaixamento do salário real, uma vez que a vinda de sulistas em maior número mobilizava uma força-de-trabalho crescente, em que o proprietário passava a “possuir o direito” de optar por este ou aquele trabalhador. Por isso, além de trabalhar, foi necessário também que trabalhadores sulistas “não trabalhassem”, pressionando a diminuição dos salários que é requisito indispensável para o acúmulo de capital através da riqueza pelo trabalho produzido.

É compreensível, portanto, que o número de trabalhadores sulistas fosse superior ao número de proprietários. A partir dos dados dos filiados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis, podemos perceber que os filiados sulistas superam em quatro vezes os filiados sulistas do Sindicato Rural - patronal (82 filiados).

O número de filiados sulistas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis (405, em 21/09/1998), é cinco vezes maior que os filiados sulistas do sindicato patronal, revelando a leva de migrantes

⁴ Para Prado Jr. (1987), o papel da classe trabalhadora rural sempre foi fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente da agropecuária brasileira.

⁵ Sobre a mão-de-obra proveniente do Centro-Sul, Bernardes (1997, pp. 169-170) ressalta: “É particularmente interessante fazer notar alguns aspectos relacionados à força de trabalho ocupada no complexo sojífero de Rondonópolis. Em geral a mão-de-obra permanente, mas especializada, é proveniente da região Centro-sul do país, seja em virtude da escassez de qualificação na região, ou porque é um elemento humano mais sintonizado com certa técnica”.

trabalhadores que afluíram para Rondonópolis desde a década de 70, principalmente. No entanto, os sulistas filiados no sindicato dos trabalhadores rurais, contrariamente aos do sindicato patronal, são minoria em relação aos filiados de naturalidade diferente, apenas 5% (contra 28% no sindicato patronal).

Outro dado interessante é que, se no sindicato dos trabalhadores rurais há um empate técnico entre gaúchos e paranaenses (187 e 181, respectivamente), no sindicato patronal os gaúchos são praticamente o dobro: 51 gaúchos e 26 paranaenses. Isso nos revela (e os dados comprovam, pelas cidades de origem dos filiados) que relativamente poucos paranaenses tornaram-se grandes proprietários em Rondonópolis. A maioria dos paranaenses é originária da região centro-norte do Estado do Paraná⁶, que foi ocupada majoritariamente por sudestinos e nordestinos (expansão do café) e não por gaúchos, como foi o caso do oeste e sudoeste paranaense.

Poderíamos, no entanto, pressupor que os filiados (naturais do Sul) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis fossem pequenos ou até médios proprietários rurais.

Pelos dados foi possível verificar que 40% dos sulistas filiados foram ou são "mensalistas". Se acrescentarmos os trabalhadores de "serviços gerais", "tratoristas", "motoristas", "diaristas", "meeiros", "vaqueiros", "arrendatários", "assalariados", "parceiros", "volantes", "empreiteiros" e "administradores", a porcentagem de sulistas não-proprietários chega a mais de 56%. Devemos considerar ainda que não necessariamente a condição "trabalhador rural ou agrícola", especificada na ficha de filiação, revela a condição de proprietário⁷ de terra do filiado. Seguramente, podemos afirmar que boa parte desses são, também, trabalhadores rurais empregados nas fazendas, distribuídos nas categorias anteriormente apresentadas.

Analisando a proporção de filiados sulistas (5%) sobre o total de filiados no sindicato; relacionando com o total de pequenas

⁶ Por exemplo: Sertãoópolis, Bandeirantes, Paranaíba, Londrina, Coronel Procopio e Ipirã.

⁷ Ressaltamos que a partir de 1970 ocorre um processo expressivo de diminuição do número de pequenas propriedades em Rondonópolis: em 1970 eram 4.317, e em 1985 eram 1.587. Aliado a esses dados, devemos observar que Rondonópolis não passou por nenhum projeto de colonização, público ou privado, destinado aos sulistas, o que corrobora para o entendimento de que foram poucos os trabalhadores sulistas que se tornaram pequenos proprietários em Rondonópolis.

propriedades até cem hectares em Rondonópolis em 1995 (961); e, entendendo que o número relativo de sulistas proprietários sobre os sulistas não-proprietários é de aproximadamente 45% (considerando serem os "trabalhadores rurais ou agrícolas" proprietários), teríamos, em 1995, 22 pequenos proprietários sulistas em Rondonópolis. Seguindo esse raciocínio, somos levados novamente a afirmar que a maioria dos sulistas que migraram para Rondonópolis pertencentes ao grupo geral denominado de "trabalhadores rurais", dirigiram-se para as grandes propriedades como trabalhadores para e do capital.

Por outro lado, analisando o ano das filiações dos sulistas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis⁸, percebemos que o volume maior se concentra justamente nos anos de maior chegada dos sulistas capitalizados (243, ou 60%, entre 1979 a 1986).

Segundo Peixinho (1998, p. 105), ao discutir a vinda de sulistas compradores de terras do cerrado em Rondonópolis, salienta que o "pico" desta migração foi entre os anos de 1975 e 1982. Não é coincidência, portanto, que no decênio 1979-1988 registra-se o maior volume de filiações de trabalhadores rurais no município. No período, filiaram-se 304 trabalhadores, perfazendo 75% do total dos sulistas filiados no sindicato. Já o quinquênio de maior filiação de sulistas é o de 1982-1986: são 188 filiações, o que representa mais de 46% de todas as filiações de sulistas na história do Sindicato. A grande maioria, como vimos, dirigindo-se para as grandes propriedades rurais como trabalhadores não-proprietários, desde diaristas a arrendatários.

Com a mobilidade do capital tem-se, *pari passu*, a diluição das fronteiras com a constante (não linear) procura de novas possibilidades de investimentos. Concomitantemente, essa "busca" também se dá para o trabalho: o capital e o trabalho figuram como "fases contraditórias e únicas do mesmo processo". O capital possibilita uma maior circularidade das pessoas, desterritorializando-as, obrigando-as a se colocar em mobilidade territorial.

Ora, quando o trabalhador tem o seu trabalho transformado em mercadoria, como no capitalismo, pode-se falar em mobilidade da força de trabalho. Dessa forma, para que o trabalhador se coloque em

⁸ Não necessariamente pode coincidir com o ano de chegada; mas devemos observar que os sindicatos, principalmente influenciados pelos governos de Getúlio Vargas, e reforçado tal caráter pós-1964, apresentavam-se como entidades altamente assistencialistas, sendo, na maioria das vezes, o único local possível para que os trabalhadores tivessem algum tipo de assistência, principalmente médica.

mobilidade territorial, também o capital deve encontrar-se em grande desenvolvimento, permitindo que se dê a necessidade da mobilidade do trabalho como mecanismo que, ao colocar o homem em mobilidade, coloca a força de trabalho à sua disposição, mesmo que nunca venha a usá-la. Fundamentalmente (e esse é o grande motivo que levou os sulistas, no caso trabalhadores rurais, a migrarem), a produção ou reprodução do capital não pode ocorrer dissociada do trabalho. O migrante "se" coloca como potencialidade, possibilidade de realização de algum trabalho, logo de mais-valia. Ou seja, a mobilidade do capital pressupõe, inexoravelmente, a mobilidade do trabalho.

Se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, promoveu a colonização⁹ na região amazônica (Rondonópolis foi inserido na Amazônia Legal em 1972), com o intuito de enviar agricultores para a região, com um plano que visava:

forçar estes colonos a iniciarem o processo de abertura da região para que fossem formando um "contingente de mão-de-obra à disposição do grande capital", que a partir de 1973 passou a ser oficialmente estimulado e convidado a participar da ocupação em grande escala, e em grandes áreas (Oliveira, 1988: 86).

em Rondonópolis foi, sem dúvida, propagandisticamente, a criação do mito do novo "Eldorado", para as populações marginalizadas (cf. Ianni, 1979: 41), a motivação que impulsionou a migração dos trabalhadores sulistas. Pois, como não foi desenvolvido nenhum projeto de colonização no município nos moldes daqueles destinados ao centro-norte do Estado, a motivação deveria residir na perspectiva de melhorar, minimamente, as condições de vida.

Ideologicamente, deveriam ser criadas as motivações que levassem os trabalhadores sob o capitalismo a entrarem em mobilidade. Damiani (1991, p. 16-17), discutindo Marx e população, aponta que:

⁹ Segundo Oliveira (1988) e Piaia (1997), tanto o INCRA foi responsável pela implantação de vários projetos em Mato Grosso, quanto empresas particulares ("cooperativas de colonização"), totalizando mais de cinquenta projetos no Estado, principalmente na região centro-norte, às margens da rodovia Cuiabá-Santarém.

a qualidade de necessitado do trabalhador decorre do fato de ele depender sempre da necessidade que o capitalista – que o emprega – tem de seu trabalho". (...) "Isto decorre porque no capitalismo, a finalidade da produção é o lucro, ou melhor, a produção de mais capital, e não a satisfação das necessidades da população.

Portanto, as migrações têm um caráter estratégico no desvendar da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital. E, assim como a mobilidade de trabalhadores sulistas se deu para o setor agropecuário em Rondonópolis, principalmente agrícola, também trabalhadores do Sul migraram para a cidade, diretamente ou com passagem anterior no campo (o exemplo de Marli foi um deles).

Josias F. da S., 41 anos, natural de Itaguajé (PR), é lubrificador, tem a 6ª série do primário, é morador do Parque Universitário II e chegou em Rondonópolis em 1957¹⁰. Seus pais são nordestinos (o pai é pernambucano e a mãe é cearense), e sua esposa nasceu em Rondonópolis. No Paraná eram pequenos agricultores e cultivavam, principalmente, a hortelã. Vieram para Rondonópolis em busca de trabalho, de "melhorias": as informações sobre o Mato Grosso "corriam" no Paraná e "a novidade era o Mato Grosso". Em Rondonópolis, também começaram trabalhando na agricultura (chácara): "Rondonópolis, em 39 anos, mudou muito. Foi crescendo mesmo. As populações de fora acamparam aqui e viram que era melhor. (...) O sulista foi importante, desbravando o cerrado", comenta.

Devemos lembrar que no momento da chegada da família de Josias, eram desenvolvidos projetos estaduais de colonização no município, o que certamente levou-a a continuar na atividade que desenvolvia no Sul. Relembramos também que o número de pequenas propriedades caiu violentamente a partir de 1970, no entanto, elas não desapareceram. Como já assinalado, em 1995 o número de propriedades com até cem hectares era de 961, ou seja, mesmo com a queda verificada nas décadas de 70 e 80, o número é expressivo na relação com o total de propriedades, que era no mesmo ano de 1.473 (as pequenas propriedades, em números relativos, equivalem a mais de 65%

¹⁰ Caso atípico no tocante ao ano de chegada, destoando da maioria dos sulistas que chegaram pós-1970.

das propriedades rurais em Rondonópolis, mesmo que em área ocupada a equivalência caia para pouco mais de 7%!).

Mas, qual a relação de sulistas pequenos proprietários em Rondonópolis com a mobilidade do trabalho, que por sua vez está estritamente ligada à acumulação de capital pelos capitalistas sulistas, inclusive? A família de Josias tentou se reproduzir enquanto pequenos proprietários que eram no Sul; sabemos, porém, que também outros sulistas tentaram e tentam até hoje se reproduzirem como tal¹¹.

Contraditoriamente, o desenvolvimento e expansão do capitalismo se articula à reprodução de relações de produção não-capitalistas, como a produção familiar em pequenas propriedades. Assim:

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais". (...) "A utilização dessas relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital". (...) "No Mato Grosso, por exemplo, é comum um fazendeiro entregar uma parte da mata ao camponês sem-terra para que a derrube e plante arroz, feijão, mandioca, etc., durante um, dois ou três anos e depois semeie capim, transformando a área em pastagem. Dessa forma, o trabalhador, ao entregar a área com capim semeado, "evitou" que o fazendeiro gastasse parte do seu capital para

¹¹ A mobilidade, segundo Castro Oliveira (1998, p. 110), pode se colocar como uma "fuga à sujeição, abrindo o caminho para a recriação da condição camponesa".

desmatar a área e prepará-la para semear o capim. (Oliveira, 1991: 11, 18 e 20).

O arrendamento, a parceria, a meação e a empreitada, por exemplo, são relações de produção não-capitalistas que foram reproduzidas com a mobilidade do capital para Rondonópolis, mesmo e principalmente a partir de 1970, desenvolvidas inclusive por migrantes sulistas tanto trabalhadores quanto proprietários (pelos dados dos filiados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis, verificamos doze arrendatários, parceiros, meeiros e empreiteiros, que somados a outros que o eram mas se encontram na "função" trabalhador rural ou agrícola, o número tenderia a crescer).

Por outro lado, a reprodução da pequena propriedade não é uma "anomalia" à mobilidade e territorialização do capital em Rondonópolis. Como já verificado, mesmo com uma diminuição acentuada do número de pequenas propriedades a partir de 1970, elas ainda são a maioria. A reprodução da pequena propriedade deve ser analisada tendo dois pressupostos básicos: (1) a reprodução está ligada à perspectiva de pequenos proprietários, inclusive sulistas, de se reproduzirem resistindo à proletarianização; e (2), por outro lado, a reprodução da pequena propriedade é gerada por contradições internas do capital (cf. Oliveira, 1991, p. 25), que possibilita aos médios e grandes proprietários, tanto rurais quanto urbanos, a disponibilidade de uma mão-de-obra para suas necessidades, mesmo e principalmente em trabalhos temporários como nas colheitas; além do que a produção em pequenas propriedades, destinadas à comercialização, reduz o custo da alimentação possibilitando o rebaixamento dos salários dos trabalhadores urbanos.

É importante observar que a reprodução da pequena propriedade em Rondonópolis teve início bem antes da mobilidade do capital monopolista e da industrialização da agricultura; mesmo assim as considerações feitas sobre sua reprodução são pertinentes. A constituição de um número expressivo de pequenas propriedades pelos projetos de colonização estadual ou não, possibilitava um número expressivo de trabalhadores que podiam desenvolver trabalhos temporários nas médias e grandes propriedades, principalmente nas "terras de cultura", na derrubada da mata e no plantio de pastagens (nas "terras de cultura" se desenvolveu enormemente a pecuária mesmo com apenas míseras cabeças de gado, que refletia, principalmente, a apropriação da terra como reserva de valor). Também, a produção nas

pequenas propriedades era de fundamental importância para o comércio local, especialmente de produtos de subsistência como o feijão e o arroz: de um lado dava-se a expropriação da renda da terra na compra desses produtos, por outro a partir de pequenos "empréstimos", em produto (sementes, adubos, inseticidas...) ou mesmo em dinheiro, para posterior pagamento com a colheita, comprometendo antecipadamente a produção do pequeno produtor (a sujeição do trabalho familiar ao capital comercial).

Na década de 70 o número de pequenas propriedades caiu e Rondonópolis recebe um contingente expressivo de ex-pequenos proprietários, tanto do próprio município e região quanto de outros estados brasileiros. Esses trabalhadores foram fundamentais na abertura de novas terras, agora também dos cerrados. A expulsão de pequenos proprietários da terra gerou uma oferta de mão-de-obra importantíssima, tanto para as atividades agropecuárias quanto para as atividades urbanas. Portanto, a "modernização da agricultura", que tinha como garantia a mobilidade do capital para Rondonópolis, também tinha garantida a disponibilidade de força-de-trabalho para seus empreendimentos.

A disponibilidade de força-de-trabalho foi, senão a condição primordial, uma condição importante para o desenvolvimento da moderna agropecuária em Rondonópolis, além das agroindústrias e das atividades consideradas essencialmente urbanas, mas que, no caso de revendedoras de máquinas, implementos e insumos em geral, estão em relação direta com as atividades agropecuárias. Aprofundando o entendimento sobre o destino da mão-de-obra originário do campo e que se deslocou para a cidade de Rondonópolis, é fácil entender que além da espera por oferecimento de trabalho nas médias e grandes propriedades rurais, também se deu o envolvimento em atividades urbanas.

Segundo Singer (1980, pp. 39-40), ao discutir os "fatores de atração" de um lugar sobre homens e mulheres (migrantes em potencial), ressalta que é gerada uma demanda por força de trabalho entendida não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De uma forma geral, é interpretada como uma demanda por força de trabalho como proporcionando "oportunidades econômicas".

que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada do que o migrante poderia perceber na área de onde provém.

Não temos dúvidas que esses "fatores de atração" foram fundamentais para a vinda de migrantes para Rondonópolis (articulados, é claro, aos "fatores de expulsão" de seus lugares de origem), inclusive dos migrantes sulistas que se dirigiram diretamente para a cidade. Mas, nem sempre o migrante possuía as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos (cf. Singer, 1980, p. 41). Assim, devido a não-qualificação dos migrantes em Rondonópolis para os trabalhos exigidos, foi comum que muitos deles se dirigissem para trabalhos de "pouca qualificação"¹². Nesse sentido, uma das atividades que recebeu um contingente expressivo de trabalhadores a partir da década de 70 foi a construção civil. Migrantes sulistas, por sua vez, também se dirigiram para essa atividade.

Pelos dados recolhidos (em 07/01/1999), podemos verificar que a maioria dos filiados no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rondonópolis é de origem extra-local (local=15%), portanto, migrante (85%). Muito diferente da composição dos filiados do Sindicato Rural de Rondonópolis (patronal), os sulistas são absoluta minoria (28% contra 3,5%), e os nordestinos, ao lado dos centroestinos e sudestinos, a maioria (no Sindicato Rural de Rondonópolis os nordestinos equivalem a 4%, aqui correspondem a mais de 20%).

Os filiados no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rondonópolis somam 719. Por informação do presidente da entidade Wilson Antônio de Lima (em 07/01/1999), o total de trabalhadores dessa atividade (evidentemente nem todos são filiados), gira em torno de cinco mil trabalhadores. Dessa forma, na proporção de filiados de origem sulista (25 ou 3,5%) para o

¹² Observamos que a definição de trabalhadores "pouco qualificados", aqui, é tomada com extrema cautela: os trabalhadores pedreiros, por exemplo, tem qualificação suficiente para construir casas, prédios etc., mas por estarem vinculados a uma atividade braçal e por vezes terem pouca formação escolar, são enquadrados como trabalhadores não-qualificados. Esse aspecto, entendemos, está fortemente preso ao nosso passado colonial e escravista, com o conseqüente desprezo por atividades que exigem força física.

total dos trabalhadores, o número de sulistas chega a 175 trabalhadores no setor¹³.

Um exemplo é José S. B., 51 anos, ex-trabalhador da construção civil e hoje pequeno comerciante (tem um pequeno mercado na Vila Aurora, setor valorizado de Rondonópolis). Natural de Seberi – RS, tem o primeiro grau, mora na Vila Aurora e chegou em Rondonópolis em 1989. No Sul era policial militar (“brigadiano”, como são chamados no Rio Grande do Sul). Antes de vir para Rondonópolis morou em Frederico Westphalen – RS (onde casou-se), e em Alto Garças – MT, onde morou nove anos, entre 1980 e 1989. Veio para Rondonópolis com o intuito de “melhorar de vida financeira”.

José foi um dos sulistas que trabalhou na construção civil, uma atividade que cresceu exponencialmente a partir da década de 70. Do total de loteamentos urbanos registrados em Rondonópolis, 77,72% o foram entre 1970 e 1990; nessas duas décadas, foram registrados 144 loteamentos, num total de 184 entre 1950 e 1996¹⁴.

Ora, a necessidade de trabalhadores na atividade da construção civil e indústria mobiliária foi crescente, principalmente na primeira. A demanda por imóveis construídos cresceu vertiginosamente a partir de 1970 e o capital ligado à construção civil não foi menos favorecido. O financiamento para a compra da casa própria também acelerou-se, tendo papel de destaque o Banco Nacional de Habitação. Com a construção de casas pela auto-construção, mas principalmente pelos conjuntos populacionais, tanto horizontais quanto verticais, empreiteiras se deslocaram para a cidade e necessitavam de mão-de-obra, e de preferência que fosse abundante.

¹³ Apenas esse número seria suficiente para o questionamento do mito do “gaúcho” desbravador em Rondonópolis: o número de trabalhadores na construção civil e na indústria mobiliária em Rondonópolis (pela proporção estabelecida) é de 175; se estabelecermos o mesmo critério para os filiados no Sindicato Rural de Rondonópolis, ou seja, 28% sobre o número de propriedades acima de 100 hectares, temos: o número total dessas propriedades soma 511 (1995), sendo que 28% delas corresponde a 143. Portanto teríamos, pelas proporções, 175 sulistas trabalhadores na construção civil e indústria mobiliária, contra 143 sulistas médios e grandes proprietários em Rondonópolis (estamos pressupondo que não haja mais de um filiado por propriedade). Entendemos, assim, que o mito reproduzido constantemente em Rondonópolis, sobre os sulistas (“gaúchos”), deve, no mínimo, ser relativizado.

¹⁴ cf. NARDES, 1997

Vários sulistas passaram a trabalhar na construção civil, alguns com experiência já adquirida no Sul e outros com baixa qualificação escolar e profissional dificultando o acesso a outras atividades. Juntamente com nordestinos, sudestinos e centroestinos (apenas um nortista – natural de Rondônia – constava entre os filiados), migrantes sulistas foram responsáveis, com seu trabalho, pela construção imobiliária em Rondonópolis, que mudou substancialmente a paisagem da cidade nas décadas de 70 a 80.

A industrialização da agricultura expande com ela outras atividades, agora urbanas, de que também necessita. A expansão das atividades financeira, energética, educacional-escolar e saúde é um bom exemplo. As duas primeiras estão diretamente ligadas à agricultura; as duas últimas podem ser entendidas como necessidades da expansão de todas as demais atividades urbanas, uma vez que a mobilidade do capital também mobiliza um expressivo contingente de trabalhadores de outras regiões, que necessitam de escolas e professores, hospitais e profissionais da saúde.

A partir da década de 70, principalmente, tem-se uma grande expansão de agências bancárias para Rondonópolis. A política do Estado de créditos subsidiados, a expansão do capital industrial e de insumos agrícolas, com seus representantes, a expansão das atividades agroindustrial, comercial e de serviços, fez com que se instalassem em Rondonópolis várias instituições financeiras¹⁵.

Devemos considerar que, pelo menos até final dos anos 80, “ser bancário” representava, além de ser portador de uma remuneração razoável (idéia bastante reproduzida nas pequenas e médias cidades), também representava um *status* social. Uma concepção que parece estar ligada ao fato do trabalho ser, pelo menos aparentemente, “feito com a cabeça” e ser realizado em “lugar limpo” (sem dúvida, resquício da escravidão no Brasil, que se perpetua pelo desprezo ao trabalho braçal). O sonho de muitos adolescentes e jovens era, portanto, ser bancário.

Com a abertura de várias agências em Rondonópolis¹⁶, houve a necessidade da contratação de mão-de-obra. Os critérios para a

¹⁵ Em 1990 eram 14 agências em Rondonópolis, de acordo com CAMPARIM (1999).

¹⁶ De acordo com Silva (1999, p. 46), os bancos, como agentes do capital financeiro, tiveram papel importante na consolidação do “complexo agroindustrial instalado no sudeste mato-grossense”, pois “é um setor da economia para quem o

contratação não eram, pelo menos em Rondonópolis, fundados sobre exigências extremas: geralmente a escolaridade exigida era o segundo grau, mas conhecemos casos em que nem essa exigência era rigorosamente cumprida. Por isso, muitos migrantes, das várias Regiões do Brasil, ingressaram na atividade bancária.

Pelos dados coletados junto ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Rondonópolis e Região Sul de Mato Grosso (em 21/09/1998), migrantes sulistas também ingressaram na atividade bancária. Os sulistas perfazem 15% do total dos bancários (filiados no sindicato). Mesmo que as Regiões Sul e Sudeste apresentem um certo equilíbrio na distribuição de naturais na atividade bancária em Rondonópolis (bastante diferente da Região Centro-Oeste, que tem um volume bastante acentuado em relação às demais: 58%), é uma das categorias em que os sulistas estão mais presentes. Podemos afirmar, nesse sentido, que as profissões de exigência de qualificação (escolar e técnica) maior tem a presença de um maior número relativo de migrantes do Sul (mais adiante veremos o caso dos professores universitários que corrobora a afirmação; mas também médicos, dentistas, psicólogos e farmacêuticos).

Um desses sulistas é Cristiano N., 25 anos, natural de Campinas do Sul – RS, tem o 3º grau completo, mora do bairro Coophalis e chegou em Rondonópolis em 1992. Seus pais são gaúchos: o pai é natural de Passo Fundo e a mãe de Getúlio Vargas. A vinda de Cristiano para Rondonópolis é bastante interessante porque é marcada por uma longa trajetória: saindo do Rio Grande do Sul, junto com a família, foram para Chapadão¹⁷ – MS, dali migraram para Barra do Garças e

capital financeiro tem sido a base, da produção nos seus diversos momentos e processos”.

¹⁷ Referência a Chapadão do Sul, um dos municípios do Mato Grosso do Sul que cresceu economicamente, de maneira acelerada, com a mobilidade do capital e do trabalho sulistas, principalmente. De acordo com Mendonça (1989, p. 65-6): “Foi possível caracterizar o Chapadão dos Gaúchos [como também é conhecido], MS, como uma comunidade inserida no processo da frente pioneira do Centro-Oeste brasileiro. Marcha que atendeu ao processo secular do monopólio da terra. O capital empregado nas propriedades de terras, e na sua produção, em sua maior parte é de procedência de gaúchos. Capital em seu maior volume oriundo da indústria calçadista gaúcha. Encontra-se, também, capital estrangeiro, notadamente, italiano”, e, “É indiscutível, por ser notório, o desenvolvimento alcançado pela região em decorrência desta franja pioneira. Como é indiscutível a

depois, para Nova Xavantina (ambas no Mato Grosso). Depois de Nova Xavantina foi que remigraram para Rondonópolis em função da transferência do pai que trabalhava em uma instituição governamental. Portanto, foram quatro “saídas e chegadas” até Rondonópolis. Cristiano conhece sulistas que moraram em Rondonópolis, mas já remigraram (deu o exemplo de sulistas que se mudaram para Rio Verde – GO).

Na década de 90, com o fechamento de agências bancárias com a introdução de novas tecnologias (a reestruturação do sistema bancário e financeiro), com o fechamento e até a “liquidação” de bancos estatais e com a terceirização e prática dos estágios nos bancos, muitos sulistas bancários tiveram a estrada novamente como “companheira”.

Já a atividade energética, em Rondonópolis, no tocante à energia elétrica, tem como principal ponto de recepção a estação da Eletronorte. Nela trabalham 88 pessoas (em 02/02/1999), originárias das diversas Regiões do Brasil: 4,5% dos trabalhadores são sulistas, portanto, minoria em relação aos trabalhadores das demais Regiões. Porém, não deixam de se somar aos 89,8% dos trabalhadores não-naturais de Rondonópolis, representando, mesmo que um pequeno número, um exemplo de mobilidade do trabalho por necessidade do capital, de sua reprodução contínua e ampliada.

Outro exemplo da questão energética são os combustíveis: o óleo diesel (principal combustível para as máquinas agrícolas e caminhões), a gasolina e o álcool, principalmente. Em Rondonópolis não se dá a extração do petróleo, por isso a atividade relacionada e essa fonte energética é a comercialização dos derivados de petróleo.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Rondonópolis (em 05/01/1999), dos 333 filiados, 28 são sulistas, correspondendo a 8% do total. Aparentemente um número inexpressivo, mas se relacionarmos com a porcentagem de migrantes sulistas em Rondonópolis perceberemos que esses 8% superam os 6,5% que é, relativamente, o número de sulistas no município.

Por outro lado, a atividade educacional-escolar sofreu profundas transformações a partir de 1970¹⁸. Segundo Tragtenberg (1990, p. 147-

permanência dos processos de concentração de terra por uma classe favorecida e de expulsão do campo de uma classe desprivilegiada. Processos seculares”.

¹⁸ O Prodoeste, criado em 1971 pelo presidente Médici, com o intuito de promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, incentivou, pelas facilidades oferecidas para financiamentos no setor agrícola, a migração de muitas famílias que adquiriram

148), na sociedade atual “a escola é elemento de domesticação e não de libertação” e que, mesmo com a difusão da universidade e ensino médio pós-1964, não se teve a formação de homens e mulheres no sentido de sua “onilateralidade”¹⁹, mas sim de uma unilateralidade com um pressuposto simples e claro: criação de mão-de-obra barata. Contribui, portanto, para o acirramento da divisão de classes.

Rondonópolis, inserido no capitalismo, mesmo periférico e dependente, “à sombra do capitalismo nacional e internacional” e que tem o lucro como fim último, expulsa os fins sociais do crescimento e, por sua vez, os ligados à educação. A situação agrava-se ainda mais em regiões do “Terceiro Mundo”, cujo modelo de desenvolvimento pode ser chamado de “periferia da periferia”, com o atendimento aos interesses do capital agrário, capital nacional e internacional e, predominantemente, do capital financeiro. Além do que, as atividades econômicas urbanas apresentam, em Rondonópolis, uma reduzida oferta de empregos, comprovando ainda mais a dependência de sua economia (cf. Domingos, 1999: 24-29).

Sendo assim, a atividade educacional-escolar, ao expandir-se em Rondonópolis, também se deu com fins à reprodução do capital que entrara em mobilidade para a região. No entanto, tanto na rede pública de ensino quanto na rede particular (em ambos, no 1º, 2º e 3º graus), são

grandes extensões de terras “próximas” a Rondonópolis (cf. Alves, 1995, p. 48). Ainda, segundo a mesma autora, “O ensino nesse período também sofreu profundas transformações, em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, que dava nova organização à educação. Rondonópolis recebeu cursos do Mobral, Cursos de Treinamento, várias publicações da Secretaria Estadual de Educação, a criação da Delegacia de Ensino, a nomeação de um Delegado de Ensino – o Sr. Walter Simões – a criação de cursos supletivos, ou seja, o oferecimento de cursos concentrados em escolas de todo o país”. (...) “A nova lei, influenciada por educadores norte-americanos, apresentava uma proposta tecnicista, pragmática, imediatista, o que provocou, gradativamente, a perda da qualidade do ensino e expressava a necessidade de formação de mão-de-obra” (grifos nossos).

¹⁹ A formação “onilateral” é discutida por Manacorda (1991, p. 19), em oposição à educação escolar unilateral, imposta pelas escolas destinadas aos trabalhadores, com o objetivo único de adestramento e formação de mão-de-obra. Na perspectiva da “onilateralidade”, deve se dar a alteração da atividade educacional-escolar de modo a satisfazer tanto as exigências da sociedade quanto as inclinações pessoais do aluno: “exigência da recuperação da unidade da sociedade humana em seu todo e da onilateralidade do homem singular, numa perspectiva que une, ainda que num rápido aceno, fins individuais e fins sociais, homem e sociedade”.

os trabalhadores que diretamente as colocam em funcionamento; mesmo nas “mãos” do capital, do Estado e dos empresários da educação, os trabalhadores ali estudam e ali trabalham. E, sendo a maioria da população rondonopolitana constituída de migrantes, para a atividade educacional-escolar também se dirigiram trabalhadores de outras Regiões do país, constituindo-se como uma mobilidade de trabalhadores qualificados para a docência.

Geralmente, quando se aborda em Rondonópolis a questão da qualificação profissional, principalmente relacionada à posse de diploma universitário, não raras vezes é atribuída ao sulista a maior qualificação. Se assim o fosse, pareceria normal que os sulistas constituíssem a maioria dos professores em Rondonópolis. No entanto, como aponta o quadro sobre a naturalidade dos professores filiados no Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – Seção Rondonópolis (dados coletados no SINTEP em Cuiabá, em 12/01/1999), verificamos que os sulistas correspondem a 8% do total. Surpreendentemente, esse número fica abaixo dos 11% naturais de Rondonópolis, mas também dos 12% nordestinos, dos 41% centroestinos (menos Rondonópolis), e dos 28% sudestinos.

No Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sudeste do Estado de Mato Grosso – SINTRAE (Seção Rondonópolis, em 24/09/1998), que abrange os profissionais da Educação da rede privada de ensino, o número relativo de sulistas é um pouco superior ao SINTEP. Pelos dados, os sulistas perfazem 13%, ou seja, 5% a mais que o constatado no SINTEP. Mas, tal valor relativo apenas se sobrepõe aos profissionais de origem nordestina, que é de 4%. Novamente percebemos, portanto, que a maioria é oriunda do Sudeste (29%) e do Centro-Oeste (44%). É importante observar que o número de rondonopolitanos, se no SINTEP era de 11%, aqui é de 15%, demonstrando que naturais do município começam a conquistar espaço nesse ramo do mercado de trabalho (são, certamente, os filhos e netos dos migrantes que teve a migração como realidade dos pais e avós, pelo menos até o momento).

Uma das professoras filiadas do SINTRAE, migrante sulista, é Melânia D. R. dos S., natural de Caçador – SC, que tem o segundo grau completo, mora na Vila Operária, leciona em uma escola infantil no centro da cidade e chegou em Rondonópolis em 1991. Seus pais são gaúchos e seu marido paranaense. No Sul já era professora. Entende que Rondonópolis é “uma cidade muito acolhedora e ainda

com grandes perspectivas de crescimento, prometendo um futuro promissor". Sobre os sulistas no município, acentua que "a vinda dos sulistas para o Mato Grosso veio somar ainda mais o desenvolvimento, principalmente na agricultura e também na política, pois o nosso vice-governador é sulista e foi prefeito de Rondonópolis".

Posições otimistas como a de Melania são um "chamariz" para a vinda de outros migrantes para Rondonópolis. Informações semelhantes a estas foram acentuadamente veiculadas no Sul, servindo de propaganda para a mobilidade de homens e mulheres, para a mobilidade do trabalho.

Também Mali O. P., 45 anos, natural de Erechin – RS, tem o curso superior de Pedagogia, mora na Vila Aurora, chegou em Rondonópolis em 1973 e é professora. Seus pais também são naturais do Rio Grande do Sul. Ao virem para Rondonópolis seu pai era gerente de uma firma e sua mãe, do lar. Não vieram diretamente para Rondonópolis, morando em Passo Fundo – RS (fazenda), antes de virem para o Mato Grosso. O motivo que os levou a mudarem-se para Rondonópolis o trabalho, anteriormente definido. O pai faleceu no mesmo ano da chegada; a mãe passou a desempenhar a atividade de costureira e Mali, após o estudo, iniciou a atuação no magistério. Além da família, tem contato com outros sulistas que vivem em Rondonópolis, dentre eles professores, fazendeiros e balconistas. No tocante à relação que estabelece com os não-sulistas entende que é tranqüila e os vê como trabalhadores iguais aos sulistas. A sua impressão sobre Rondonópolis e a importância dos sulistas para o município é: "Rondonópolis é uma cidade hospitaleira, eu pessoalmente adoro esta cidade; fui praticamente criada aqui. Essa mistura de outras raças é muito importante. É uma troca de experiências e também de conhecimentos. Só precisa dar mais condições de emprego às pessoas que moram aqui e que chegam de outros Estados".

Essa última posição, colocada por Mali está, em grande medida, em consonância com Domingos (1999, p. 33), que ressalta:

o setor predominante do capitalismo aqui instalado, o capitalismo agro-pecuário, com a brutal concentração das terras e das rendas, e com a automação da produção, acentuou os problemas urbanos e sociais, através do êxodo rural, que incrementam o caráter súbito, precário e

desordenado da urbanização, e também o desemprego.

É importante percebermos que, se nas posições de Melania era dada ênfase para a atuação dos sulistas na agricultura em Rondonópolis, mesmo talvez sem o saber, a sulista Mali apresentou uma das suas contradições, o desemprego (tanto rural quanto urbano). Essa relação entre mobilidade do capital e sua territorialização com a mobilidade do trabalho e o emprego e o desemprego, devem ser discutidas profundamente, a partir do entendimento de que ambos, mobilidade do capital e mobilidade do trabalho, constituem as "duas faces da mesma moeda". Estamos percebendo, contudo, que "atrás do capital, se mobilizam turmas de trabalhadores" (cf. Hébette & Acevedo, p. 230). "Atrás" tanto das atividades diretamente produtivas quanto das indiretamente envolvidas, mas não menos importantes.

Continuando nossa abordagem sobre a atividade educacional-escolar, demonstramos a participação dos diversos migrantes, mas também autóctones, no ensino universitário público em Rondonópolis²⁰.

Pelos dados coletados junto à Associação dos Docentes da UFMT (Seção Rondonópolis, em 05-08/02/1999), professores e departamentos do Campus Universitário de Rondonópolis, verificamos um dado surpreendente: 30% dos professores são de origem sulista, apresentando-se como o setor, pelos nossos dados, onde se encontra a maior porcentagem de migrantes do Sul. Somados aos professores de origem sudestina (principalmente de São Paulo, com 76% do total da Região Sudeste), somam 65%. Por esses dados é possível relacionar a mobilidade de trabalho altamente qualificada do Sul (e Sudeste) para Rondonópolis, com as estatísticas oficiais (que os dados do Ministério da Educação e Cultura apresentam constantemente), que apresentam ser o Sul a Região com os maiores índices de escolaridade.

É importante observar que a maioria dos professores universitários, migrantes sulistas, vieram para Rondonópolis ou por seleção ou por concurso públicos, ou seja, formaram-se no Sul antes de entrarem em mobilidade. Segundo Tragtenberg (1990, p. 147), a difusão

²⁰ Rondonópolis conta com três Instituições de Ensino Superior: o *Campus* da Universidade Federal de Mato Grosso (com sete cursos); a Faculdade de Ciências Jurídicas e Administrativas de Rondonópolis (Centro de Ensino Superior de Rondonópolis – CESUR), com dois cursos; e a União de Escolas Superiores de Rondonópolis – UNIR, com dois cursos (cf. Rosso, 1999, p. 97-99).

das Universidades após 1964, além de outras implicações, criou uma “mão-de-obra barata saída das Universidades e faculdades que existem nos bairros de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, onde o diploma confere apenas um valor simbólico a quem o possui”. Esse pode ser considerado uma das condicionantes que levou os professores a migrarem para Rondonópolis, pela saturação do mercado de trabalho em seus Estados de origem.

E se, pelos dados dos filiados do SINTEP (rede estadual de ensino), os centroestinos e nordestinos eram a maioria, no ensino de 3º grau há uma inversão brusca, pois ambos representam apenas 26% e 6%, respectivamente (no SINTEP os centroestinos correspondiam a 52% e os nordestinos a 12%). Outro dado que nos chamou a atenção foi o baixo percentual de rondonopolitanos na docência de 3º grau, o que pode ser explicado tanto pelo curto tempo de existência de cursos superiores na cidade, quanto pelas dificuldades encontradas por alunos egressos, mas também por professores das redes de 1º e 2º graus, de ingressarem em cursos de pós-graduação, principalmente de mestrado e doutorado.

Outra área destinada à prestação de serviços é a Saúde. Essa atividade também teve sua expansão acelerada a partir de 1970, o que condicionou a mobilidade de homens e mulheres, com relativa experiência, para Rondonópolis.

De acordo com os dados dos filiados do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde em Rondonópolis (em 06/01/1999), os sulistas participam com o percentual de 7,5%. Esse número se aproxima sobremaneira da participação da migração sulista no total da população rondonopolitana (que é de 6,5%).

Uma das sulistas filiadas no sindicato é Fátima M. H., 46 anos, natural de Getúlio Vargas – RS, auxiliar de serviços gerais de um hospital da cidade, moradora do bairro Monte Líbano e que chegou em Rondonópolis em 1991. Os pais e o marido também são sulistas. Fátima veio para Rondonópolis “a passeio” e acabou ficando. Entende que os sulistas possibilitaram um grande impulso para o desenvolvimento sócio-econômico de Rondonópolis.

É claro que, se os sulistas possibilitaram um grande “desenvolvimento” para Rondonópolis, deveríamos indagar para quem esse “desenvolvimento” foi mais vantajoso. Para além dos sulistas, uma outra pergunta poderia ser feita: se os sulistas perfazem apenas 6,5% da população rondonopolitana, “desenvolveram” o município sozinha?

Mesmo sabedores das peculiaridades de cada grupo de migrantes que se dirigiu a Rondonópolis (sulistas, nordestinos, sudestinos, centro-estinos, nortistas e estrangeiros), entendemos (como tentamos fazer aqui), que a migração esteve e está relacionada à mobilidade do capital e à mobilidade do trabalho. Sobre a mobilidade do trabalho, verificamos que se insere dentro da perspectiva da expansão do capitalismo, uma vez que a mobilidade de enormes contingentes de pessoas verificada ultimamente no País não encontra explicação satisfatória na análise de fatores individuais tais como idade, sexo, nível de instrução, aptidões pessoais, etc., nem na psicologia, apenas. Mas sim, tais movimentos devem também ser entendidos a partir da análise dos aspectos estruturais da nossa sociedade e, mais especificamente, a partir do estudo do modo de produção que tem determinado no passado e está determinando atualmente a organização social brasileira.

O modo de produção capitalista tem como característica fundamental a necessidade de mobilidade do capital para a acumulação de mais capital. Portanto, a acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial, assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado e, o trabalhador, livre, também entra em mobilidade. A mobilidade do capital pressupõe, nesse sentido, também a mobilidade do trabalho, sendo que a concentração de trabalhadores próximos aos locais de produção torna-se importante para a manutenção de baixos salários. E, se o capital se realiza na troca (mercadoria = produto com valor-de-troca), todo produto social toma a forma mercante e sendo a própria força de trabalho uma mercadoria, por isso móvel para ser vendida (e comprada!) em qualquer lugar. O capital, que é uma *relação social*, cristaliza-se em equipamentos que são também mercadorias, aparecendo o capital como produtivo, ideologicamente colocado (cf. Amin, 1986: 11-12).

Assim,

não é o homem, individualmente, que decide pela mobilidade como meio de alcançar uma melhor vida, mas são os ritmos de expansão e contração do capital que acentuam o movimento migratório. (Rangel, 1996: 61).

E se Lambert (1959, pp. 39, 74 e 77-79) já colocava que o “vasto território do Brasil precisa de novos habitantes, na proporção de dezenas de milhões e a sua população se multiplica tão rapidamente que é capaz de produzir todos os excedentes necessários”, e, podendo multiplicarem-se, no Sul e no Nordeste, as migrações internas tomam uma importante dimensão para a mobilidade de mão-de-obra (onde as necessidades se manifestam). Assim, é possível entender as migrações internas (portanto, também a migração sulista para Rondonópolis), como fluxos migratórios que se relacionam às transformações econômicas, políticas e sociais que acontecem no território e têm como objetivo geral a efetiva ocupação e integração desse território, ou ainda, a redistribuição geográfica da população adaptando-se às necessidades em aumentar a oferta de mão-de-obra provocadas pelas mudanças econômicas. Portanto:

A integração do território ocorre com o desenvolvimento de atividades econômicas de vulto que possibilitem a circulação do capital por todo o espaço nacional. Para isso, é necessário muitas vezes desencadear ou mudar a direção dos fluxos migratórios, provocando correntes que permitam o desenvolvimento das atividades planejadas. (Santos, 1994: 30)

Trabalhadores, mas também capitalistas, sulistas ou não, entraram em mobilidade para serem diferentes, muitas vezes “permanecendo” os mesmos, ou até, da exclusão nos/dos lugares de origem (fundamentalmente para os trabalhadores), submergiram na exclusão nos/dos lugares de destino: a exclusão na exclusão. Outras vezes reproduziram, ampliadamente, seus capitais (fundamentalmente os capitalistas), transformando-se de “parcialmente incluídos” nos/dos lugares de origem para “totalmente incluídos” nos/dos lugares de destino. Por outro lado, outros apenas se reproduziram, parcialmente excluídos e parcialmente incluídos, dos lugares de origem para os lugares de destino.

Como apontou Graziano da Silva (1983, p. 28), a fronteira (Rondonópolis pode ser um exemplo) para o trabalhador migrante, é a busca de um local de trabalho, um local de moradia, um local de produzir, um local para reproduzir-se.

Em Rondonópolis, “no chão da noite e no chão do dia”, sulistas se reproduziram apenas. Outros ascenderam social, econômica e politicamente. E, também, há aqueles que “excluíram-se” (ou foram excluídos?) do produto do tão propagado “desenvolvimento” rondonopolitano a partir dos anos 1970.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Laci Maria A. **História da Educação em Rondonópolis**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 1995.
- AMIN, Samir. “O capitalismo e a renda fundiária – a dominação do capitalismo sobre a agricultura”. In: AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2ª ed. Pp. 9-40.
- BERNARDES, Júlia Adão. “A dinâmica do capital no complexo da soja”. **Coletâneas do Nosso Tempo**. Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT: EdUFMT, vol. 2, n. 2, 1997, pp. 159-177.
- CAMPARIM, Simone Freneda. **O desemprego no serviço bancário de Rondonópolis – MT nos anos 90**. Rondonópolis, 1999. Monografia (Especialização) - Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT.
- CASTRO OLIVEIRA, Bernadete A. C. **Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DOMINGOS, José Álvaro. **Rondonópolis – MT e a crise no/do capitalismo dependente**. Rondonópolis, 1999. Monografia (Especialização) - Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: Ediciones Era, 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, José. “A fronteira agrícola e as migrações”. In: **O vaivém da sobrevivência**. Centro de Estudos Migratórios de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1983, pp. 21-44.

- HÉBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa Elizabeth. "Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília". **Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. pp. 187-241.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasís**. Rio de Janeiro: INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1959.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. (Trad. Newton Ramos de Oliveira). São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "O Manifesto Comunista". In: COUTINHO, Calos Nelson (et.al.). **O Manifesto Comunista 150 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. "Chapadão dos Gaúchos (MS) – núcleo de um franja pioneira". **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, nº 67, 1989, pp. 51-68.
- MIGRAÇÕES NO BRASIL: O PEREGRINAR DE UM POVO SEM TERRA**. Centro de Estudos Migratórios. [elaboração Marilda Aparecida Menezes, Alfredo José Gonçalves]. São Paulo: Paulinas, 1986.
- NARDES, Antonia Marília Medeiros. "Implicações na espacialidade rondonopolitana". **Coletâneas do Nosso Tempo**. Departamento de História/CHS/CUR/UFMT: EdUFMT, vol. 2, n. 2, 1997, pp. 237-264.
- NEVES, Lafaiete Santos & ROLIM, Maria do Carmo M. Brandão. "Migrante: o expulso da terra". **Migração: o caminho da miséria**. Cadernos 2 – Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná, pp. 29-40.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **Integrar para não entregar**. Campinas-SP: Papirus, 1988.
- PEIXINHO, Dimas Moraes. **Onças vermelhas e amarelas – a ocupação dos cerrados e a dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis – MT**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia/FFLCH/USP.
- PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá – MT: EdUNIC, 1997.

- PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RANGEL, Maria Cristina. **Restos humanos em mobilidade. Casa de Passagem de Presidente Prudente e a mobilidade do (não) trabalho – 1988 – 1996**. Presidente Prudente, 1996. Dissertação (Mestrado) - FCT/UNESP.
- ROSSO, Gilberto Silva de. **Influência da cidade de Rondonópolis na rede urbana da mesorregião sudeste mato-grossense**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP, 1999.
- SANTOS, Regina. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 1994.
- SILVA, Elias da. **O papel da cidade de Rondonópolis no Complexo Agroindustrial do Sudeste de Mato Grosso**. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado) - PPGG/UFRJ.
- SILVA, José Carlos Brito "et. alii". **A (Re) Produção do Espaço Agrário de Rondonópolis-MT**. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Mimeo.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.